PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E O PROFESSOR DE ARTE COMO MEDIADOR CULTURAL

AMANDA ROBERTA RAIMUNDO DOS SANTOS

RESUMO
A definição de Patrimônio Cultural está ligada à herança familiar, por meio de bens materiais e, com a proteção do Estado, as antiguidades nacionais foram designadas como patrimônio, sendo que o responsável pela sua preservação, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN). Contudo, para ter um contato com a História da Arte, as escolas precisam possibilitar visitas aos museus e exposições para os alunos, de maneira que a Educação Patrimonial os aproxime ao patrimônio, para que se almeje uma construção coletiva do conhecimento, identificando saberes culturais a partir de uma memória local. Através da mediação do professor de arte, os alunos têm a possibilidade de se aproximarem das produções artísticas e dessa forma, conhecer a relação do patrimônio artístico com as práticas de difusão, produção e recepção.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Professor de Artes

ABSTRAT
The definition of Cultural Heritage is linked to the family heritage, through material goods and, with the protection of the State, the national antiques were designated as patrimony, The Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN) is responsible for its preservation. However, to have a contact with the History of Art, schools need to make visits to museums and exhibitions for students, so that Heritage Education brings them closer to heritage, so that a collective construction of knowledge can be sought, identifying cultural knowledge from a local memory. Through the mediation of the art teacher, the students have the possibility to approach the artistic productions and thus, to know the relation of the artistic patrimony with the practices of diffusion, production and reception.

KEYWORDS: Cultural Heritage, Patrimonial Education, Arts Teacher

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, percebe-se que o ensino da Arte nas escolas torna-se relevante para desenvolver nos alunos, um reconhecimento social e cultural tornandoos indivíduos informados, livres e críticos em seu papel de cidadão. No entanto, é necessário que o professor de Arte esteja atento para que suas aulas não se tornem repetitivas, como é o caso das leituras de imagens realizadas em salas de aulas, onde o professor apresenta as obras e os alunos ficam livres para desenharem. Ao contrário disso, é necessária a intervenção do professor de forma que possibilite a mediação cultural.

Diante desse contexto, o presente trabalho pretende responder como ocorre a Educação Patrimonial e como é inserida a mediação cultural nas escolas.

O trabalho tem como justificativa a percepção da atual necessidade do conhecimento artístico por meio de releituras com mediações do professor e visitas aos museus e exposições para que haja o respeito ao meio cultural e artístico. Tem como objetivo analisar a educação patrimonial e a mediação cultural do professor de Arte.

A metodologia realizada no desenvolvimento do trabalho envolveu pesquisas bibliográficas em livros e artigos científicos disponíveis em sites.

No capítulo I será abordado inicialmente o conceito de Patrimônio Cultural, sua ligação com a herança familiar e a sua presença em vários lugares e atividades, como artes, museus, danças, igrejas, livros, brincadeiras, escolas etc.

No capítulo II, será ressaltado a educação como mediação cultural e social. Como uma ferramenta importante na aproximação das pessoas aos bens culturais, possibilitando o despertar de valores e a construção de conhecimentos coletivos, a partir de uma memória social do local, e o papel da educação pela arte.

No último capítulo será abordado a mediação do professor de arte e as possibilidades dos alunos se aproximarem das produções artísticas, que contribuem com o Patrimônio

Cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL

A cultura é essencialmente uma característica humana, pois somente o homem tem a capacidade de desenvolver culturas (destacando-se dos animais e vegetais), os seres da natureza, bem como os objetos culturalmente produzidos, despertam nas pessoas diversos sentidos, emoções e sensações, agradáveis ou não, bem como processos de interpretações e afretamento. A cultura de cada grupo social é repassada aos seus descendentes, reforçando a ideia de cultura ser um elemento social (Ministério da Cultura, 2014).

Para se iniciar a reflexão acerca de cultura destaca-se o aporte de Tylor (1871), enfatizando que "cultura é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade". Tylor foi o primeiro a formular o conceito de cultura do ponto de vista antropológico, da forma como é utilizado atualmente. Na verdade, ele formalizou uma ideia que vinha crescendo desde o iluminismo.

A cultura como um processo acumulativo, está atrelada a experiências e conhecimentos que antecederam, que por sua vez serão associadas no decorrer dos anos, transformadas com suas novas experiências e repassadas às gerações futuras dessa forma, se as informações agrupadas forem adequadas e criativamente manipuladas, permitirão inovações e invenções de esforço coletivo da sociedade.

De acordo com a UNESCO (2003), cultura é compreendida como um conjunto de características espirituais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social - engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores e tradições e crenças. Percebe-se que, a divulgação maior dessa cultura está no patrimônio material, por exemplo, encontramos nos postos de vendas, cartões postais com imagens de exemplares da arquitetura de MS ou imagens simbólicas de artefatos indígenas, com matéria-prima proveniente da fauna e flora local.

A cultura está sempre enraizada em uma base territorial, da integração do homem com a comunidade e com o espaço, adaptando-se, portanto, as diversidades locais para construir sua própria identidade.

O patrimônio pode ser conceituado como a herança de uma sociedade no conjunto das realizações construídas ao longo de sua história, no que se refere à sua cultura (Ministério da Cultura, 2014). Quanto ao patrimônio na perspectiva cultural refere-se aos materiais e imateriais que compõem a memória coletiva de um povo. Todavia signos materiais ou imateriais (objetos, construções, costumes, vestimentas) só podem ser considerados patrimônio se a comunidade ou alguém lhes conferir algum valor.

O conceito que define Patrimônio Cultural originalmente está ligado à herança familiar, bens materiais transmitidos de pai para filho e aparece na França, quando o Estado decide proteger as antiguidades nacionais. Contudo, é importante observar que além dos bens imóveis, os bens móveis também foram designados como Patrimônio
Cultural.

A visão global e comunitária do termo patrimônio passou a ganhar força no século XIX, após a Revolução Francesa, quando os cidadãos elegeram edificações, monumentos e símbolos para reforçar os acontecimentos históricos. Assim os monumentos passaram a expressar, a partir de então, fatos de natureza ímpar ou feitos grandiosos.

Cabe ainda citar que está presente em vários lugares e atividades como
artes, museus, danças, igrejas, livros, brincadeiras, escolas, enfim, está presente em nosso cotidiano através de representações de um povo. Desse modo, percebe-se a importância do Patrimônio Cultural na formação da identidade de cada cidadão brasileiro.

Atualmente são compreendidos como patrimônios culturais elementos que
vão desde construções de reconhecido valor histórico a manifestações culturais corriqueiras, pratos típicos, danças, fazeres e costumes em geral.

A atual Constituição Brasileira adotou a denominação Patrimônio Cultural e, no seu artigo 216, seção II – Da Cultura, coloca que:

Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à

memória dos grupos formadores da sociedade brasileiras, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas artísticas e tecnológicas; IV – as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico e artístico.
(Constituição da República Federativa do Brasil, art. 216, seção
II).

Funari e Pelegrini (2006, p. 55) expõem que:

Há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas escola e serviços em mutirão constituem em ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país.

O conceito de Patrimônio Cultural foi revitalizado pela Constituição Federal de 1988, modificando a nominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural; inovou ainda, estabelecendo a parceria entre poder público e as comunidades para a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro.
Além disso, o (Iphan), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico, é responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Por meio da Lei nº 378/13/01/1937, suas atuações e relações com os marcos legais evoluem.
O Iphan, também mantém parceria com os governos estaduais por meio do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural e através de seus eixos disseminados para os estados e municípios que são: coordenadores, regulações e fomentos, o acesso ao conhecimento dos bens nacionais é facilitado, a partir dos grupos: Patrimônio Material (conjunto de bens culturais), Patrimônio Imaterial (práticas e domínios da vida social manifestada em saberes, ofícios e modos de fazer) e Patrimônio Mundial (composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios com valor histórico). .
Diante desse contexto, percebe-se que para ter um contato com a História da Arte, faz-se relevante que as escolas possibilitem aos alunos, visitas aos museus e exposições, não restringindo apenas às releituras em salas de aulas levando-os a olhar, apreciar e desenharem como acham convenientes.

[...] Ao proporem atividades de releitura, os professores precisam questionar: o que as crianças podem aprender quando pintam como Tarsila, Miró ou Picasso? A imitação da pintura desses artistas contribui para melhorar a qualidade de sua expressão gráfica? (FERREIRA, 2009, p. 27)

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial constitui um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo no qual, a partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural (HORTA et al., 1999).
A Educação Patrimonial é uma ferramenta importante na construção da cidadania, por ser uma prática pedagógica onde o educando desempenha papel ativo no processo de construção do conhecimento, aprendizagem.
Na perspectiva de educação atrelado com fatores sociais e culturais na reflexão sobre o lugar do aluno na sociedade em que vive, a Educação Patrimonial acaba por adquirir significativa relevância no currículo.
A LDB 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional indica, em seu artigo 1º, que A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDBEN, art. 1º).

Historicamente, a Educação Patrimonial aparece no Brasil em 1983, a partir do 1º Seminário "Uso Educacional de Museus e Monumentos", realizado no Museu Imperial de Petrópolis, RJ.
Especificamente, a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 06).

Para a autora a Educação Patrimonial é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural que é um instrumento de afirmação da cidadania. A educação se faz necessária enquanto instrumento de alfabetização cultural, que capacita o indivíduo à leitura e compreensão da sociedade e cultura que está inserido (HORTA et al., 1999).

Na concepção de educação atrelado com fatores sociais e culturais na reflexão sobre o lugar do aluno na sociedade em que vive, a Educação Patrimonial acaba por adquirir significativa relevância no currículo.

Para que ocorra a valorização do patrimônio é necessário que haja primeiramente o seu (re) conhecimento, sendo a Educação Patrimonial importante para tornar possível esse processo. Sendo responsabilidade da comunidade sensibilizar-se com preservação do patrimônio cultural, (ARROYO ,2005).

Tal princípio nos mostra a possibilidade de se interpretar bens culturais com valorização, preservação e responsabilidade ao Patrimônio. Além disso, as capacidades intelectuais são despertadas para novas habilidades.

Nesse contexto, observa-se a importância da participação das escolas nas visitas aos museus, exposições, bibliotecas públicas, enfim, possibilitando aos alunos, novos conhecimentos através de uma investigação realizada coletivamente.

A educação patrimonial torna-se uma ferramenta relevante na aproximação das pessoas com o patrimônio, possibilitando acesso aos diferentes públicos em uma determinada localidade ou acervo, como também a produção de novos conhecimentos, incentivando o gosto pela descoberta e promovendo uma transformação cultural e social.

A partir dessas considerações, é possível perceber que a Educação Patrimonial possibilita novos caminhos para o pensar e o agir, levando-nos a uma melhor compreensão e reflexão sobre hábitos, dificuldades e toda a vivência de pessoas de outras épocas despertando sentimentos e valores culturais, por meio de uma perspectiva histórica e a relação com outros e consigo mesmo, almejando a construção coletiva do conhecimento e a identificação de saberes culturais, a partir de uma memória social do local.
[...] cabe à educação patrimonial proceder à escuta e à mediação dos sujeitos sociais portadores de tradições, de saberes e fazeres que, em sua diversidade, constroem atrativos geradores de significação e integradores da identidade e identificação cultural. É sua responsabilidade sensibilizar e conscientizar as comunidades em torno de seus valores e tradições, inserindo tais práticas na vida sustentável, resgatando e preservando o imaginário coletivo e o patrimônio representativo da cultura, no eixo temporal e espacial (FARIAS, 2002, p. 62)

A proposta valoriza também o patrimônio imaterial como "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural" (UNESCO, 2003).
Para identificar e valorizar é preciso preservar o patrimônio, e para preservar é preciso conhecer. Esse conhecer pode ser obtido através da Educação Patrimonial, conscientizando a comunidade sobre a importância da preservação do patrimônio que se encontra

ao seu redor.
Por intercambio a possibilidade de papel social que o museu pode desempenhar, refletindo a razão das pessoas frequentarem estes espaços e percebendo a estrutura de trabalho que predispõe os museus. A partir de uma compreensão do caráter social e educativo destas instituições.
Os museus são espaços provocadores de sonhos, como romantizou Benjamin, eles são ambientes de devaneios e fantasias. Entrar em um espaço expositivo pode inserir o sujeito em outro mundo, abrindo possibilidades e desconstruindo paradigmas. Essa possibilidade nada mais é do que a gama de transformações que pode provocar a imagem, configurando aqui o discurso em Artes Visuais.

Da modernidade ao mundo contemporâneo, os museus são reconhecidos por seu poder de produzir metamorfoses de significados e funções, por sua aptidão para a adaptação aos condicionamentos históricos e sociais e por sua vocação para a mediação cultural. Eles resultam de gestos criadores que unem o simbólico e o material, que unem o sensível e o inteligível. Por isso mesmo, cabe-lhes bem a metáfora da ponte lançada entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque.
(CHAGAS; NASCIMENTO, 2008a, p. 59).

Pensar no papel social e educativo que os museus desempenham papel cultural ao espaço de forma significativa. A visita a um museu abre a possibilidade de ressignificar o olhar para as coisas que nos cercam, na mesma medida que nos desloca para outra cultura, outro tempo. Os museus são espaços de encontros. Encontro com o outro, com o objeto, com a minha própria cultura.
Ainda que espaços de encontros, os museus também são desencadeadores de ausências. De certa maneira, os museus nos angustiam e, mesmo assim, abrigam o relicário de nossa humanidade e memórias que nos registram. É preciso abandonar a ingenuidade para entrar em contato com estes objetos, é necessário que haja uma apropriação deles. Deve-se aceitar os museus como campos de tensão. "Tensão cíclica, entre mudança e permanência, entre o perene e o volátil, entre a diferença e a identidade, entre o passado e o futuro, entre a memória e o esquecimento, entre o poder e a resistência" (CHAGAS; NASCIMENTO, 2008a, p. 65).

O PROFESSOR DE ARTE COMO MEDIADOR CULTURAL

Para muitos historiadores a arte configura-se como patrimônio cultural, e deve ser aprendido nas escolas, cuja assimilação e valorização requerem a mediação dos professores de arte.
Segundo Freire (1976), a principal função da educação é desenvolver o caráter libertador. Para ele, ensinar seria, fundamentalmente, educar para a liberdade, a "educação para o homem-sujeito". Compreendia a educação, não como condicionamento social, mas voltada para a liberdade e a autonomia. "Todas as palavras de uso possível para expressarmos o propósito da educação: ensino, instrução, criação, disciplina, aquisição de conhecimento, aprendizagem forçada de maneiras ou moralidade, todas elas se reduzem a dois processos complementares que podemos descrever com propriedade como "crescimento individual" e "iniciação social" (READ, 1986:18).
Porém, a criação da função de arte-educador dentro do espaço museológico tardou para acontecer, foi somente no século XIX, em 1852, no Victoria and Albert Museum, como informa Barbosa (1999, p. 84). Desde então, diversos museus têm incorporado a categoria dentro de seu quadro de funcionários, inclusive formando núcleos de arte-educação. "No Novo Mundo é somente no século XX que a função educacional do museu começa a ser colocada no mesmo grau de importância que sua função de preservação e exibição das obras de arte" (BARBOSA, 1999, p. 85).
O histórico temporal das práticas educativas em museus no Brasil provém não de museus de arte, mas de história; e percorre uma trajetória desde a efetivação de ações experimentais isoladas até a iniciativas institucionais. Barbosa (1999, p. 83) afirma que o trabalho de arte-educador dentro de museus brasileiros foi improvisado em seu princípio, na década de 1950, quando houve uma tentativa de for-

mar os primeiros serviços educativos no Rio de Janeiro.
As ações educativas do professor de arte como mediador cultural devem ser entendidas tanto no âmbito escolar, como fora dele, tendo como objeto de estudo ou campo de atuação o conhecimento que o patrimônio artístico e cultural, incorporando sentidos, valores, movimento, expressões e linguagem. Sendo assim, envolvendo-se nas práticas de produção, difusão e recepção (BARBOSA, 1999).
Segundo ANA MAE BARBOZA (2008) apud Coutinho (2012) :

O conceito de educação como mediação vem sendo construído ao longo dos séculos. Sócrates falava da educação como parturição das ideias. Podemos, por aproximação, dizer que o professor assistia, mediava o parto. Rousseau, John Dewey, Vygotsky e muitos outros atribuíam à natureza, ao sujeito ou ao grupo social o encargo da aprendizagem, funcionando o professor como organizador, estimulador, questionador, aglutinador. O professor mediador é tudo isso (BARBOSA,; COUTINHO, 2009, p.13).

O conceito de mediação na educação está sendo desenvolvido ao logo dos séculos. Ressalva também que segundo a definição de outros autores renomados, trata-se de uma parturição, em que o educador assistia e mediava o parto, estimulando, organizando e questionando (BARBOSA; COUTINHO, 1999, p.13).
Podemos pôr assim, dizer que o professor como mediador cultural são peças fundamentais como transmissores do patrimônio cultural, aproximando seus alunos. Discutindo as diferentes concepções de arte, cultura e educação. Buscando situar e refletir sobre suas próprias concepções, participação, reflexão através dos processos de construção de arte, estimulando seu valor significativo, seja em uma sala de aula ou visitando uma exposição. Contribuindo para o seu processo educativo através dos seus conhecimentos, informações e utilizando estratégias de acesso entre o mediador e o aluno.
Habitualmente as aulas de arte se utilizam das imagens da história da arte, porém sempre através de reproduções não fidedignas aos elementos formais das imagens. A presença em grupo dos alunos também favorece a multiplicidade de olhares e interpretações das obras, como reforça o autor:

A mediação se enriquece na troca de pontos de vista de cada um no seu grupo, acrescidos de outros trazidos por teóricos e estudiosos, que podemos apresentar, rompendo com preconceitos estereotipados, ampliando conhecimentos e partindo para novas problematizações. A socialização destes pontos de vista é, portanto, imprescindível para a ampliação de compreensão da arte, ultrapassando o perigo de colocar na voz do mediador (monitor, professor ou teórico) a interpretação que poderia ser colocada como única e correta (MARTINI, 2005, p. 17).

O mediador posiciona-se como um contextualização, ele promove o encontro entre o repertório que o próprio público possui com as referências imagéticas e teóricas que ele possui acerca do artista, da obra, do tema, do enredo, dos aspectos formais etc. O encontro provocado pela visita de alunos de ensino formal possibilita a condição de um olhar diferenciado para a obra de arte. Martini (2005, p. 44) afirma que “A mediação pode ser compreendida como um encontro, mas, não como qualquer encontro. Um encontro sensível, atento ao outro”. A atenção ao outro provém, sobretudo do educador, mas sucede consecutiva e consequentemente com o grupo; e este encontro sensível é coletivo e de cooperação.
O mediador pode agir, conforme Martini (2005), transcendendo os sentidos imediatos, possibilitando acessos ao público, promovendo encontros e priorizando a interpretação e compreensão das imagens/mensagens, através de experiências vivenciadas.
A mediação cultural, portanto, permite construir novas significações através da sensibilização, apreciação e crítica. O conteúdo da arte pode ser associado aos temas sociais, culturais e outros, na educação, pois a “arte é um poderoso e significativo meio de comunicação na sociedade contemporânea”.
Segundo Barbosa (1999), não podemos entender a cultura de um país sem conhecer a sua arte. Sem conhecer as artes de uma socieda-

de, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura. E continua:

A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento. Através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 1999, p. 16).

Quando escolhido o tema Patrimônio Cultural e Artístico e sua Mediação
para este estudo, buscou-se conhecer a educação patrimonial e a atuação do professor de Arte como mediador cultural. Desse modo, foi possível perceber a necessidade de se trabalhar e mediar conhecimentos de forma a incentivar a busca pela descoberta e a percepção que a educação patrimonial pode possibilitar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
Parti do pressuposto que a conscientização cultural e a produção artística podem ser um instrumento de revisitação e valorização da história da sociedade, e que esse processo pode estar presente na escola.
Especificamente, investigou-se de que maneira o Patrimônio Cultural aparece e em quais lugares ele aparece.
Os estudos identificaram que o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e artístico) é o responsável pela preservação do Patrimônio Cultural e que mantém parceria com os governos estaduais. Foi possível identificar quando a Educação Patrimonial aparece no Brasil e as possibilidades que ela oferece para as pessoas se aproximarem do Patrimônio Cultural, de forma a despertar sentimentos e valores culturais.
Com relação ao professor como mediador cultural, verificou-se que por meio da mediação cultural, os alunos se aproximam das produções artísticas de forma que o aluno possa se situar e entender os processos de construção de conhecimentos em arte.
A aproximação da arte com a vida é questão relevante e recorrente nas artes visuais. O museu pode atuar como um espaço de reflexão crítica. A possibilidade de dentro do museu nós conseguirmos articular pensamentos, enriquecer repertórios e objetivar olhares torna estes espaços extremamente pedagógicos; e isso independe da atuação de um educador. A visitação pode provocar o exercício crítico na leitura de textos, distribuição de folders e na disposição expo gráfica dos objetos.
No entanto, mesmo diante do respaldo da LDB e dos PCN, bem como de
projetos culturais e iniciativas de museus e centros de memória, o trabalho com a Educação Patrimonial ainda tem sua dimensão educativa pouco reconhecida.
Recuperar o passado não é, entretanto, repetir o tempo, mas reinventá-lo. Significa que a ideia de patrimônio se refere à tentativa de "relatar" o tempo passado num formato diferente legitimado pela utilização de uma linguagem do presente.
O espaço urbano sofre, atualmente, transformações que fazem emergir processos de recuperação de locais e tradições que compõem a "história" ou a “memória” de diferentes grupos sociais. As cidades buscam a preservação de seus bens, antes que o passado fique apenas restrito a memória distante, sem o monumento objetivo que lhe serve de referência.
Cabe enfatizar que o patrimônio cultural não pode transformar-se em
“consumo para entretenimento”, ou em negócio, ou tão-somente em mercadoria de consumo cultural.
De uma maneira geral, espera-se que o trabalho contribua para a
compreensão de como o Patrimônio Cultural pode ser trabalhado nas escolas e como o professor de arte pode contribuir com o seu papel de mediador cultural, de forma que possa suprir as necessidades culturais que cada um apresenta.
O nosso patrimônio natural, multicultural, humano e social pode contribuir muito para que a sociedade se conheça como usufrutuária mais consciente deste planeta.

REFERÊNCIAS
ARROYO, Michele Abreu. Educação Patrimonial ou a cidade como espaço educativo? In:

Revista Outro Olhar – revista de Debates. Ano IV, n. 4, BH, out. 2005.

BARBOSA, Ana Mae. Tópicos utópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Educação em Museus: termos que revelam preconceito. In: AQUINO, André (org.). Diálogos entre arte e público – Caderno de textos. Recife/PE: Fundação de Cultura da Cidade de Recife, 2008.

DEMARCHI, Rita de Cássia. Arte como conhecimento, patrimônio e identidade cultural File:///C:/Users/User/Downloads/ArtecomoconhecimentoRitaDemarchi.pdf

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Histórico, Conceitos e Processos Iphan/ Ministério da Cultura, 2014.

FAVARETTO, Celso. Entre a proximidade e o estranhamento: a mediação e o público. In MARTINS, SCHULTZE e EGAS (orgs.). Mediando [con]tatos com arte e cultura. São Paulo: Unesp/Instituto de Artes. 2007.

FERREIRA, Sueli (Org.) O Ensino das artes: Construindo Caminhos. 7ª Ed. Campinas, SP. Papirus Editora, 2009.

FREIRE, P. Considerações em torno do ato de estudar. Ação cultural para a liberdade e outros escritos Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976c.

HORTA, M de L P, Grumberg E; Monteiro, A Q (1999). Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial. IPHAN Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 31 – Coordenadoria editorial da Fundação Nacional Pró-Memória.

KRAEMER, Celso. SASSE, Fernanda. O CONCEITO DE ARTE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO. ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO - PPGE/ME FURB 409 ISSN 1809-0354 v. 5, n. 3, p. 409-425, set./dez. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/2271-7583-3-PB.pdf.

MARTINI, Fátima R.Sans. Metodologia e Prática do Ensino da Arte Educação. UNIMES, 2008.

ORIÁ, Ricardo. Educação patrimonial: conhecer para preservar. Disponível em: http://www.aprendebrasil.com.br.

Sônia Regina Rampim Florêncio. Educação Patrimonial: um processo de mediação. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialReflexoesEPrati cas_ct1_m.pdf.

Tylor, E. (1871). Cultura primitiva: Pesquisa sobre o desenvolvimento da mitologia, filosofia, religião, arte, e personalizado (Vol. 1). John Murray